



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE FRONTEIRA



ÍNDICE

ÍNDICE	2
ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE QUADROS	8
Parte I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	9
1 – INTRODUÇÃO	9
2 – ÂMBITO DE APLICAÇÃO	9
3 – OBJECTIVOS GERAIS	10
4 – ENQUADRAMENTO LEGAL	11
5 – ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO	12
6 – ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	12
7 – ACTIVACÃO DO PLANO	12
7.1– Competência para a activação do plano	12
7.2– Critérios para a activação do plano	13
8 – PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	14
Parte II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	15
1 – CONCEITO DE ACTUAÇÃO	15
2 – EXECUÇÃO DO PLANO	16
2.1 – Fase de Emergência	16
2.1.1 – Principais Entidades Envolvidas	16
2.1.2 – Acções a adoptar	17
2.1.3 – Critérios relativos à mobilização de recursos	17
2.2 – Fase de Reabilitação	19
3 – ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	19
3.1 – Missão dos Agentes de Protecção civil	20
3.1.1 – Fase de Emergência	20
3.1.2 – Fase de Reabilitação	21
3.2 – Missão dos Organismos e Entidades de Apoio	22
3.2.1 – Fase de Emergência	22
3.2.2 – Fase de Reabilitação	22
Parte III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO	24
1 – ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	24
1.1 – Prioridades de Acção	24
1.2 – Procedimentos e instruções de coordenação	25
1.3 – Administração de Meios e Recursos	25
1.3.1. – Gestão de Pessoal	25
1.3.2. – Gestão de Finanças	26
2 – LOGÍSTICA	28
2.1 – Apoio Logístico às Forças de intervenção	28
2.1.1 – Prioridades de Acção	28
2.1.2 – Instruções Específicas	29
2.2 – Apoio Logístico às Populações	31
2.2.1 – Prioridades de Acção	31
2.2.2 – Instruções Específicas	32

3 – COMUNICAÇÕES	34
3.1 – Prioridades de Acção	35
3.2 – Instruções Específicas	35
4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO	36
4.1 – Gestão da Informação entre as Entidades intervenientes no PMEPC	37
4.1.1 – PRIORIDADES DE ACÇÃO	37
4.1.2 – INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	37
4.2 – Gestão da Informação Pública	38
4.2.1 – PRIORIDADES DE ACÇÃO	38
4.2.2 – INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	38
5 – PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	40
5.1 – Prioridades de Acção	43
5.2 – Instruções Específicas	43
6 – MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	46
6.1 – Prioridades de Acção	46
6.2 – Instruções Específicas	46
7 – SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	48
7.1 – Prioridades de Acção.....	51
7.2 – Instruções Específicas	51
8 – SOCORRO E SALVAMENTO.....	53
8.1 – Prioridades de Acção.....	54
8.2 – Instruções Específicas	54
9 – SERVIÇOS MORTUÁRIOS	55
9.1 – Prioridades de Acção.....	55
9.2 – Instruções Específicas	56
10 – PROTOCOLOS	58
Parte IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	59
SECCÃO I	59
1 – ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	59
1.1 – Estrutura da Protecção Civil	59
1.2 – Estrutura das Operações	61
2 – MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL.....	63
2.1 – Composição, convocação e competências da Comissão de Protecção Civil	63
2.2 – Critérios e âmbito para a declaração da situação de Alerta	63
2.3 – Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso	64
2.3.1 – Monitorização	64
2.3.2 – Alerta às Entidades.....	64
2.3.3 – Aviso à População.....	65
SECCÃO II	66
1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	66
1.1 – Enquadramento Administrativo.....	66
1.2 – Extensão Territorial.....	67
1.3 – Contexto Histórico, Patrimonial e Cultural	67
2 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	74
2.1 – Hipsometria.....	74
2.2 – Orografia	75
2.3 – Exposição	76
2.4 – Recursos Hídricos	77
2.4.1 – Hidrografia.....	77
2.4.2 – Qualidade da Água	80

2.5 – Clima	82
2.5.1 – Temperatura.....	82
2.5.2 – Humidade	84
2.5.3 – Precipitação.....	85
2.5.4 – Geadas.....	86
2.5.5 – Insolação	87
2.6 – Uso do Solo	88
2.7 – Litologia.....	90
2.8– Sismicidade	91
3 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO–ECONÓMICA.....	93
3.1 – Dinâmicas Demográficas.....	93
3.1.1 – População residente.....	93
3.1.2 – Índice de envelhecimento	95
3.1.3 – Taxa de Analfabetismo	96
3.2 – Dinâmicas Económicas.....	98
4 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA–ESTRUTURAS.....	99
4.1 – Concentração de Combustíveis.....	100
4.2 – Características Cemiteriais.....	100
4.3 – Características da Zona Industrial	100
4.4 – Rede Viária	102
4.5 – Rede Ferroviária.....	103
4.6 – Rede de Escolas.....	103
4.7 – Rede de Pontos de Água	103
4.8 – Rede de Saúde.....	104
5– CARACTERIZAÇÃO DO RISCO.....	105
5.1 – Análise de Risco.....	105
5.1.1 – Identificação e Caracterização dos Perigos	105
a) Cheias	105
b) Seca	108
c) Trovoadas	113
d) Sismos	113
e) Ruptura de Barragens.....	119
f) Colapso de Estruturas	119
g) Incêndios Florestais.....	119
h) Transporte de Matérias Perigosas	122
i) Transporte de Mercadorias Perigosas por Ferrovia	123
j) Acidentes Aéreos.....	123
l) Transporte de Mercadorias Perigosas em Conduto	123
m) Acidentes Industriais Graves.....	123
n) Deslizamentos/Acidentes Geomorfológicos	125
o) Fenómenos Meteorológicos Adversos	126
p) Incêndios Urbanos.....	126
q) Acidentes Graves de Tráfego Rodoviário	128
5.1.2 – Análise dos Riscos Significativos.....	128
a) Cheias	128
b) Incêndios Florestais.....	128
6– CENÁRIOS.....	130
6.1 – Cheias.....	130
6.2 – Incêndio Florestal.....	133
7– CARTOGRAFIA	136
SECÇÃO III	137
1– INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS	137
2– LISTA DE CONTACTOS	139

3– MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES	141
4– MODELOS DE COMUNICADOS	144
5– LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO.....	146
6– LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO.....	147
7– LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO	148
8– LEGISLAÇÃO	149
9– BIBLIOGRAFIA	154
10– GLOSSÁRIO.....	154
11– ACRÓNIMOS.....	155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Concelho de Fronteira	10
Figura 2 – Procedimentos de actuação segundo gravidade do Acidente Grave ou Catástrofe.	16
Figura 3 – Organograma de Comunicações	34
Figura 4 – Itinerários de Evacuação – Fronteira.....	41
Figura 5 – Itinerários de Evacuação – Cabeço de Vide	42
Figura 6 – Zona de Aterragem – Fronteira.....	49
Figura 7 – Zona de Aterragem – Cabeço de Vide	50
Figura 8 – Enquadramento Administrativo do Concelho de Fronteira	66
Figura 9 – Património monumental – Fronteira.....	73
Figura 10 – Hipsometria do concelho de Fronteira	74
Figura 11 – Declives do concelho de Fronteira.....	75
Figura 12 – Exposição do concelho de Fronteira.....	76
Figura 13 – Bacia hidrográfica do concelho de Fronteira	77
Figura 14 – Rede de pontos de água do concelho de Fronteira.....	79
Figura 15 – Dureza total da água no concelho de Fronteira.....	81
Figura 16 – Temperatura média no concelho de Fronteira.....	83
Figura 17 – Humidade média no concelho de Fronteira	84
Figura 18 – Precipitação média no concelho de Fronteira	85
Figura 19 – Dias de geada no concelho de Fronteira	86
Figura 20 – Insolação média no concelho de Fronteira	87
Figura 21 – Ocupação do solo no concelho de Fronteira	89
Figura 22 – Litologia no concelho de Fronteira.....	90
Figura 23 – Sismicidade de Portugal e Zonas Adjacentes (ANO 309 – 1989).....	91
Figura 24	94
Figura 25	95
Figura 26	95
Figura 27	96
Figura 28	98
Figura 29 – Infraestruturas de apoio à Protecção Civil – Fronteira	99

Figura 30 – Localização de zonas de cheia – Fronteira	106
Figura 31 – Análise da vulnerabilidade do concelho de Fronteira face ao risco de cheia.....	107
Figura 32 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população	109
Figura 33 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população	110
Figura 34 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população	111
Figura 35 – Localização de captações alternativas para abastecimento de água à população	112
Figura 36 – Enquadramento geodinâmico regional do território continental português	113
Figura 37 – Enquadramento do concelho de Fronteira na carta de intensidades sísmicas máximas históricas.....	115
Figura 38 – Identificação de zonas mais vulneráveis em situação de sismo	117
Figura 39 – Identificação de zonas mais vulneráveis em situação de sismo	118
Figura 40 – Distribuição anual no Concelho	120
Figura 41 – Histórico de incêndios no concelho de Fronteira	121
Figura 42 – Histórico de incêndios no concelho de Fronteira	124
Figura 43 – Deslizamentos/Acidentes geomorfológicos – Zonas vulneráveis.....	125
Figura 44 – Incêndios urbanos – Edifícios vulneráveis.....	127
Figura 45 – Risco de Incêndio Florestal – Fronteira	129
Figura 46 – Cenário de cheia – zona Ribeira Grande (Praia Fluvial) – Fronteira.....	131
Figura 47 – Diagrama operacional sobre o cenário de cheia na Zona da Praia Fluvial – Fronteira	132
Figura 48 – Cenário de Incêndio Florestal – Fronteira	134
Figura 49 – Diagrama operacional sobre o cenário de incêndio florestal - Fronteira	135

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Comissão Municipal de Protecção Civil de Fronteira	15
Quadro 2 – Principais entidades intervenientes por Tipologia de Risco.....	18
Quadro 3 – Contactos de Fornecedores Privados e Públicos	27
Quadro 4 – Comissão Municipal de Protecção Civil	63
Quadro 5– Extensão territorial do concelho de Fronteira	67
Quadro 6– Classificação das Águas	80
Quadro 7 – Indicadores Sócio– demográficos do Concelho de Fronteira	93
Quadro 8 – População residente segundo o nível de instrução –Concelho de Fronteira	97
Quadro 9 – Contactos e Moradas das Estações de Serviço	100
Quadro 10– Localização e Capacidade dos Cemitérios	100
Quadro 11– Localização e Tipicidade da Zona Industrial	100
Quadro 12 – Tipificação da rede viária no concelho de Fronteira	103
Quadro 13 – Tipificação da rede de pontos de água no concelho de Fronteira	104
Quadro 14 – Classificação das matérias segundo o RPE	122
Quadro 15 – Inventário de Meios e Recursos por Entidade	137
Quadro 16 – Contactos	140

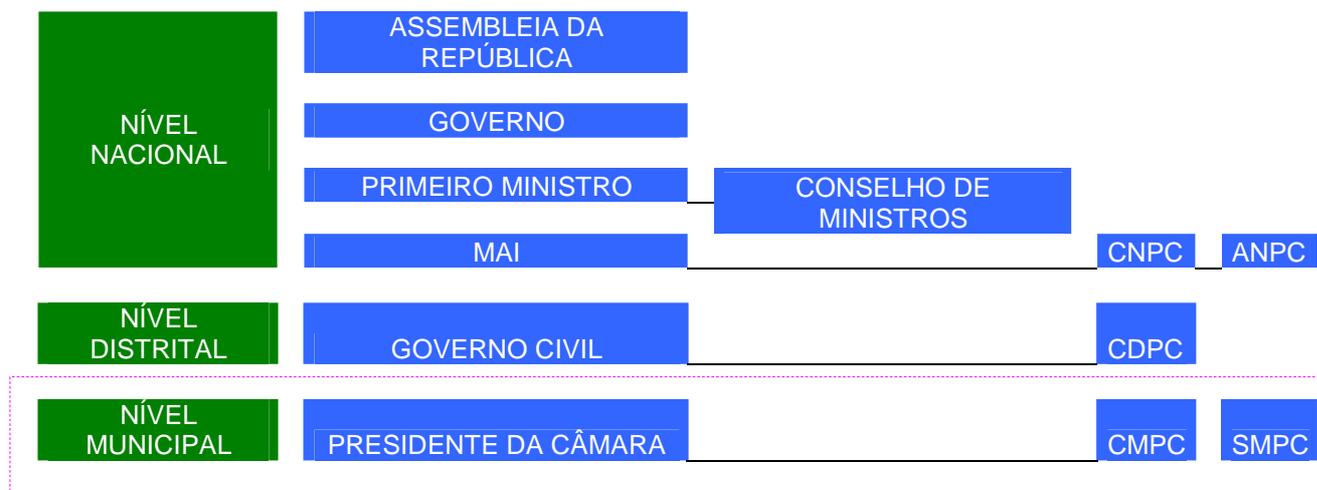
Parte IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

SECÇÃO I

1 – ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

1.1 – Estrutura da Protecção Civil

Estrutura de Protecção Civil de acordo com a Lei de Bases de Protecção Civil – Lei n.º 27/2006



Estrutura das Operações de acordo com a Lei n.º 65/2007 e Decreto-Lei n.º 134/2006



ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
 CCOD – Centro de Coordenação Operacional Distrital
 CCON – Centro de Coordenação Operacional Nacional
 CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro
 CDPC – Comissão Distrital de Protecção Civil
 CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil
 CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro
 CNPC – Comissão Nacional de Protecção Civil
 COM – Comandante Operacional Municipal
 MAI – Ministro da Administração Interna
 SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil

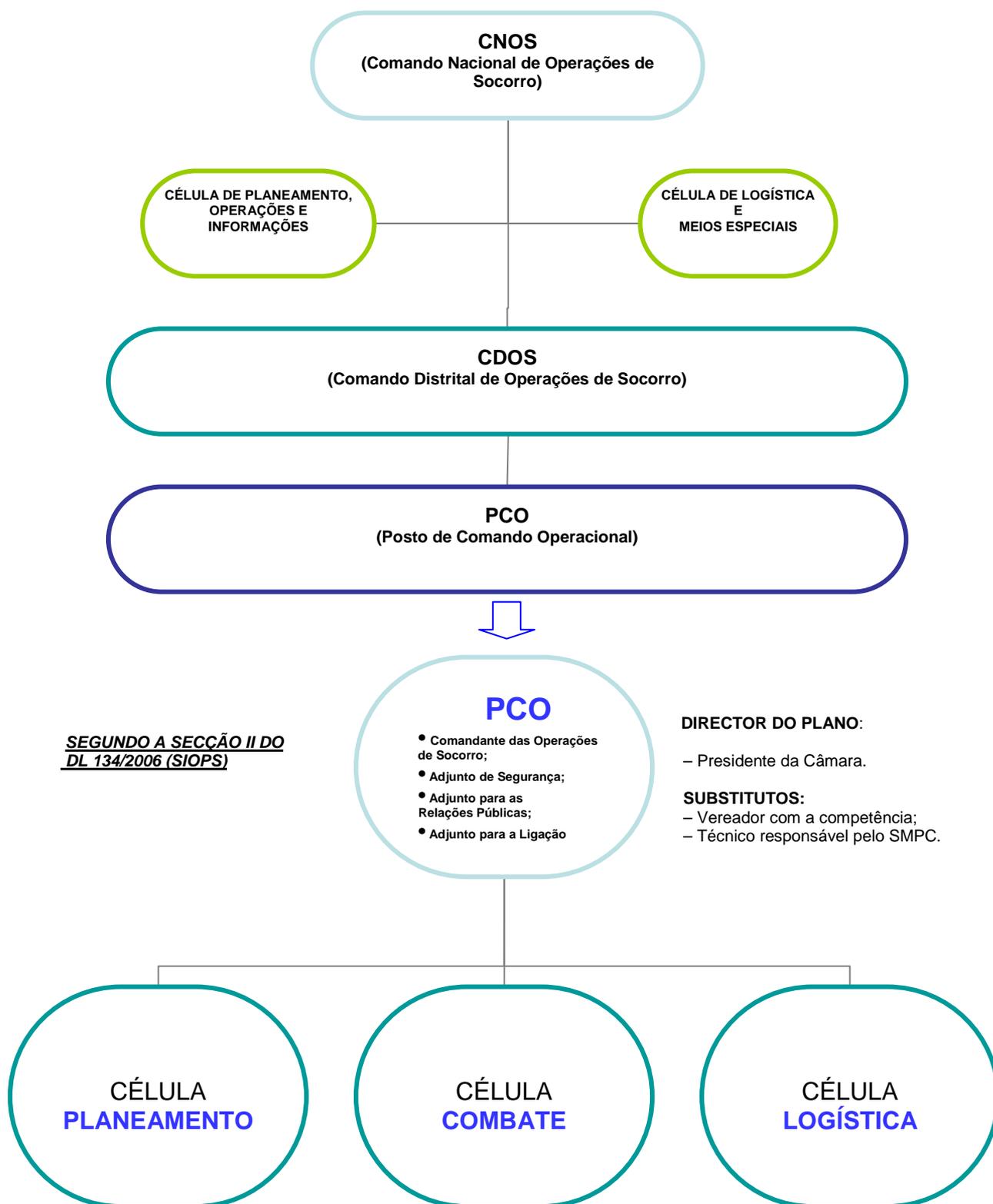
NÍVEL TERRITORIAL
DO PLANO

Observando o esquema anterior verificamos que a estrutura de Protecção Civil em Portugal tem 3 patamares, nomeadamente, Nacional, Distrital e Municipal. O primeiro tem como órgão máximo a Assembleia da República, soberana ao Governo, que por sua vez tem um Primeiro-ministro e um Conselho de Ministros. Na base do nível nacional está o Ministério da Administração Interna, apoiado pela Comissão Nacional de Protecção Civil e pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, entidade da sua tutela.

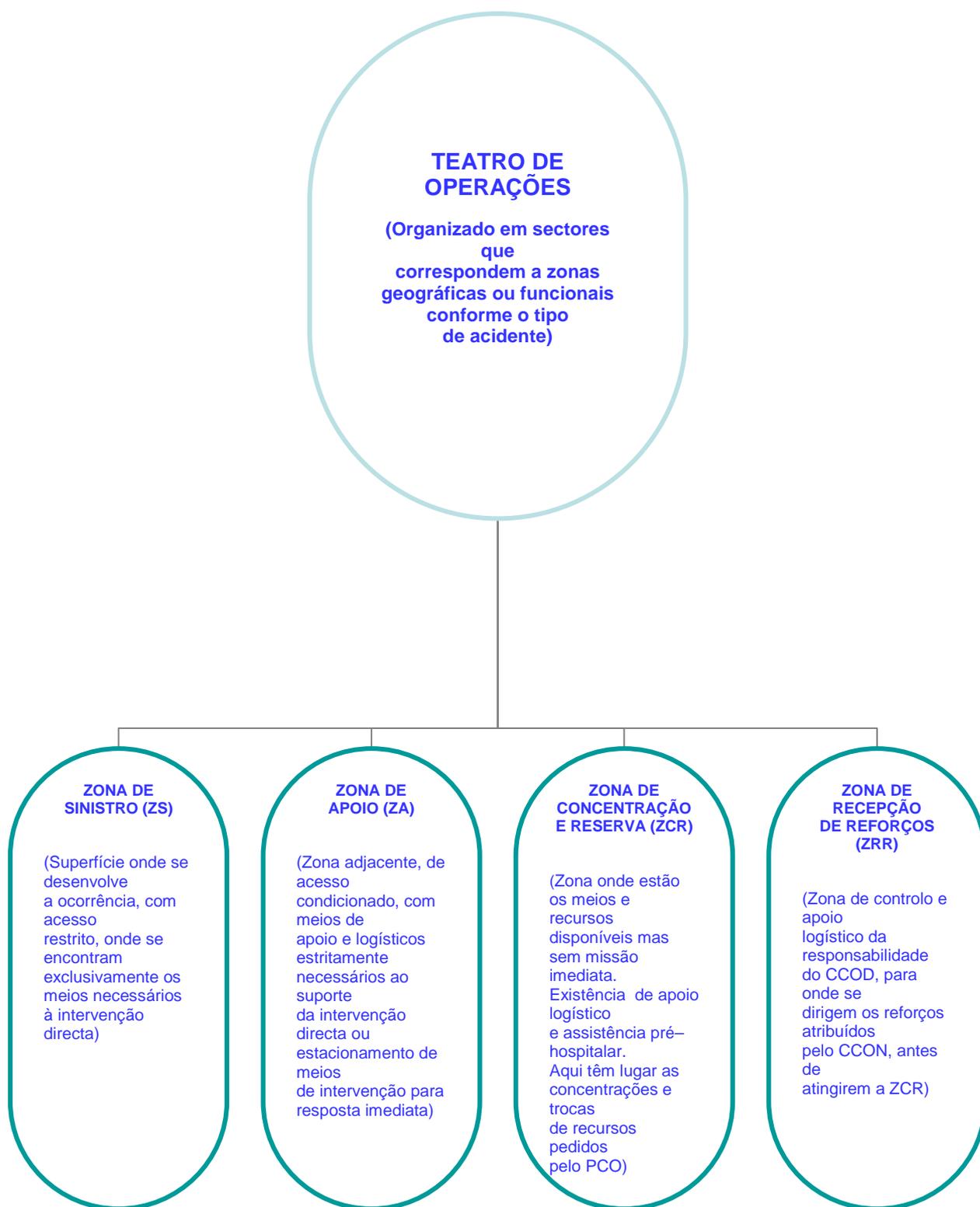
Ao nível Distrital o Governo Civil como entidade máxima, apoiado pela Comissão Distrital de Protecção Civil e pelo Comando Distrital de Operações de Socorro.

A nível municipal, a estrutura de protecção civil é composta pelo Presidente da Câmara, entidade máxima a neste nível, que é apoiado pela Comissão Municipal de Protecção Civil e pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, não existindo até ao momento Comandante Operacional Municipal.

1.2 – Estrutura das Operações



Analisando este fluxograma, verificamos que o princípio de comando único é respeitado. Existe um Comando Nacional, um Comando Distrital e um Posto de Comando Operacional a nível local, apoiado por 3 células com funções específicas, para garantir a segurança e boas condições de trabalho em todo o teatro de operações.



Este fluxograma mostra a estrutura do Teatro de Operações (TO) de acordo com a Lei n.º 65/2007 e o Decreto-Lei n.º 134/2006.

O TO divide-se em 4 Zonas, segundo a gravidade e tipo de acidente, para garantir o bom funcionamento de toda a estrutura, tendo cada zona uma finalidade específica.

2 – MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL

2.1 – Composição, convocação e competências da Comissão de Protecção Civil

Quadro 4 – Comissão Municipal de Protecção Civil

Comissão Municipal de Protecção Civil	
Convocação	Presidente da Câmara Municipal de Fronteira
Composição (Lei nº 65/2007, art. 3º)	<ul style="list-style-type: none"> • PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRA; • CB FRONTEIRA; • GNR FRONTEIRA; • DELEGADO/A DE SAÚDE LOCAL; • DIRECTOR DA ULSNA; • SERVIÇOS DE SEGURANÇA SOCIAL;
Competências (Lei nº65/2007, alíneas a) e c), nº3 do art. 3º)	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; • Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique; • Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil; • Difundir comunicados e avisos às populações, entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

Fonte: GTF, 2010

2.2 – Critérios e âmbito para a declaração da situação de Alerta

A declaração de situação de alerta, é um mecanismo à disposição da autoridade política de protecção civil para **potenciar** a adopção de medidas preventivas ou reactivas a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe.

Segundo o art.º 13º, da Lei nº 27/2006, **Compete ao Presidente da Câmara Municipal de FRONTEIRA declarar a Situação de Alerta de âmbito municipal.**

Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos actuais ou potenciais. Assim, considera-se que os critérios para a declaração de Situação de Alerta no concelho de Fronteira são os mesmos utilizados para a activação do PMEPC, considerando a iminência ou ocorrência de

um acidente grave ou catástrofe. **Quer isto dizer que a declaração de Situação de Alerta implica automaticamente a activação do PMEPC.**

2.3 – Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso

2.3.1 – Monitorização

Existem diversos sistemas de monitorização em uso para diferentes tipologias de risco.

- Situações meteorológicas adversas – Sistema de Avisos Meteorológicos do Instituto de Meteorologia, recebidos do CDOS de Portalegre ou por consulta da página WEB oficial do IM;
- Ondas de calor – Índice Ícaro, recebido por e-mail dos serviços de saúde municipais;
- Risco diário de incêndio, recebido do CDOS de Portalegre todos os dias por e-mail.

2.3.2 – Alerta às Entidades

O alerta será notificado às autoridades, entidades e organismos, segundo a iminência ou ocorrência de acontecimentos susceptíveis de provocar danos em pessoas e bens:

- CB FRONTEIRA;
- GNR FRONTEIRA;
- DELEGADO/A DE SAÚDE LOCAL;
- DIRECTOR DA USLNA;
- SERVIÇOS DE SEGURANÇA SOCIAL;
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA;
- RÁDIO ÁLAMO;
- RÁDIO PORTALEGRE;
- JUNTA DE FREGUESIA DE FRONTEIRA;
- JUNTA DE FREGUESIA DE CABEÇO DE VIDE;
- JUNTA DE FREGUESIA DE S. SATURNINO;

A rede de comunicações a utilizar está descrita na Parte III, ponto 3.

2.3.3 – Aviso à População

1. Dispositivos de aviso:

- Viaturas com megafones;
- Estações de rádios Locais (Rádio Álamo e Rádio Portalegre)
- Estações de televisão (RTP1);
- Via telefone ou telemóvel.

2. Conteúdo informativo do aviso:

- As zonas potencialmente afectadas;
- Itinerários de evacuação;
- Os locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo;
- Outras medidas de protecção da sua segurança pessoal e dos seus bens (medidas de autoprotecção).